



PROCESSO : 11.667-0/2022
PRINCIPAL : PREFEITURA DE CUIABÁ
INTERESSADOS : ANDERSON FLÁVIO DE ARAÚJO BARCELOS
ASSUNTO : DENÚNCIA
RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

JULGAMENTO SINGULAR

Trata-se de Denúncia encaminhada à Ouvidoria Geral deste Tribunal de Contas/MT, através do chamado 515/2022, no qual o denunciante informa sobre irregularidades na execução da obra da Praça Almerindo Santos Damacena, no Bairro Recanto dos Pássaros, em Cuiabá/MT.

2. Após análise da documentação que constam nos autos, a prévia citação para manifestação técnica, a Secex emitiu Relatório Técnico Preliminar e sugeriu a citação dos responsáveis (doc. 447487/2024).

3. Foram citados os Srs. José Roberto Stopa, Valdir Leite Cardoso, Agmar Divino Lara de Siqueira, Carlucio de Freitas Borges, Anderson Flávio de Araújo Barcelos, Júnior de Souza Silva, e a Sra. Luciana Carla Pirani Nascimento, através dos Ofícios 233/2024/GAB-AJ (doc. 454438/2024), 234/2024/GAB-AJ (doc. 454439/2024), 235/2024/GAB-AJ (doc. 454440/2024), (doc. 236/2024/GAB-AJ (doc. 454447/2024), 237/2024/GAB-AJ (doc. 454448/2024), 238/224/GAB-AJ (doc. 454450/2024 e 239/2024/GAB-AJ (doc. 454451/2024).

4. Considerando que os Avisos de Recebimentos foram devolvidos aos autos por motivos de "Desconhecido", foram realizadas novas citações aos Srs. Anderson Flávio de Araújo Barcelos e Júnior de Souza Silva, mediante Ofícios (doc. 466244/2024 e 466245/2024).





5. Em resposta, o Srs. Valdir Leite Cardoso, Agmar Divino Lara de Siqueira e a Sra. Luciana Carla Pirani Nascimento apresentaram defesa (Doc. 460947/2024 e 464573/2024).

6. Transcorrido o prazo concedido para a manifestação, os Srs. José Roberto Stopa, Carlucio de Freitas Borges, Anderson Flávio de Araújo Barcelos e Júnior de Souza Silva permaneceram inertes (docs. 485890/2024, 485894/2024, 485903/2024), e, diante disso, novas citações foram expedidas mediante os ofícios 402/2024/GAB-AJ (doc. 486831/2024), 403/2024/GAB-AJ (doc. 486833/2024), 404/2024/GAB-AJ (doc. 486835/2024), 405/2024/GAB-AJ (doc. 486837/2024).

7. Transcorrido prazo para manifestação e diante da inércia dos interessados, foram realizadas novas tentativas de citação (Docs. 503830/2024, 503832/2024, 503834/2024 e 503836/2024), permanecendo os Srs. José Roberto Stopa e Carlucio de Freitas Borges, mais uma vez, inertes (doc. 537096/2024 e 537101/2024).

8. Novamente os Avisos de Recebimentos dos Srs. Anderson Flávio de Araújo Barcelos e Júnior de Souza Silva foram devolvidos pelo motivo de 'Não Procurado', e em razão das inúmeras tentativas via ofícios, foram feitas citações via Editais de Citação 368/AJ/2024 e 369/AJ/2024, publicadas no Diário Oficial de Contas 3453, em 04/10/2024, conforme certidões acostadas aos autos (doc. 527614/2024 e 527615/2024), permanecendo, mais uma vez, os responsáveis inertes (doc. 537102/2024 e 537107/2024).

9. De forma tempestiva, os Srs. José Roberto Stopa, Carlucio de Freitas Borges e Júnior de Souza Silva apresentaram defesa (doc. /2024), permanecendo inerte apenas o Sr. Anderson Flávio de Araújo Barcelos.

II – Fundamentação

10. Apesar de todo o procedimento acima descrito, o Sr. Anderson Flávio de Araújo Barcelos não apresentou nenhuma manifestação nos autos, fato esse suficiente para fazer incidir sobre ele os efeitos da revelia.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DO CONSELHEIRO

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

III - Dispositivo

11. Ante o exposto, com fundamento no artigo 41 do Código de Processo de Controle Externo, **DECLARO** revel o Sr. **ANDERSON FLÁVIO DE ARAÚJO BARCELOS**, nos autos desta Denúncia 11.667-0/2022.

Decorrido prazo recursal, encaminhe-se os autos à Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura para análise e providências cabíveis.

Publique-se.

Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2024.

(assinatura digital)¹

Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**
Relator

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. RA

